



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019964-13.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Andrea Cristina Rosa**  
 Requerido: **Osmar de Oliveira e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 24 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr. Dr. **MILTON COUTINHO GORDO**. Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 2037/12

### VISTOS

**ANDREA CRISTINA ROSA** ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **OSMAR DE OLIVEIRA, LUIZ ANTONIO FARGONI e JUNIOR SANTOS DA SILVA**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese, que sua motocicleta DAFRA, placa BYV 4894 foi objeto de permuta realizada com Marcelo Santana, para aquisição de um veículo GM/MONZA, placa HQW 2274; que referido inanimado está registrado em nome do correquerido Osmar e com o documento de transferência preenchido em nome do corréu Luiz Antônio. Ingressou com a presente ação para que o correquerido Junior, que adquiriu a motocicleta de Marcelo, seja obrigado a transferi-la para seu (dele) nome, e que os correqueridos Luiz Antônio e Osmar possibilitem a transferência do veículo MONZA para o nome da autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A inicial veio instruída com documentos.

Pela decisão de fls. 25 foi homologada a desistência do pleito em relação ao correquerido Junior Santos da Silva.

Citado, o correquerido Osmar apresentou contestação às fls. 42 e ss alegando preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, afirmou que a obrigação de efetuar a transferência é do correquerido Luiz Antônio, que é o proprietário do veículo MONZA.

Devidamente citado (fls. 17), o correquerido Luiz Antônio deixou de apresentar defesa (fls. 55).

As partes foram instadas a produzir provas. A autora requereu o julgamento antecipado da lide e o correquerido Osmar peticionou manifestando desinteresse.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Inicialmente cumpre salientar que a situação do veículo DAFRA/SPEED 150 já foi regularizada. Assim em relação a JUNIOR CESAR DE SOUZA SILVA a ação perdeu o objeto.

Prossegue a LIDE em relação a OSMAR e LUIZ ANTONIO.

A autora almeja a transferência, para seu nome do veículo GM/MONZA, placas HQW 2274!.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É certo que o documento exibido a fls. 51 indica a venda de OSMAR para LUIZ ANTONIO em 22/06/2011.

Ocorre que este último não regularizou a situação do bem perante a repartição competente; o veículo continua circulando em nome de **OSMAR** e ele próprio não promoveu seu bloqueio.

É o que revela o documento de fls. 11 emitido em 20/09/2012. Nisso reside a legitimidade de OSMAR em ocupar o pólo passivo.

No mais, OSMAR não contestou a posse da autora ou mesmo o fato de ter ela comprado regularmente o bem e **LUIZ ANTONIO** é revel.

Nessa linha de pensamento a autora faz jus ao pleito deduzido tendente a regularizar o veículo no Departamento de Trânsito.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de reconhecer que a autora, como adquirente de boa fé tem direito a ver regularizada a situação do veículo **GM - MONZA, PLACAS HQW 2274, a fim de que passe a circular em seu nome**. Outrossim, determino que os requeridos providenciem a transferência do inanimado em quinze (15) dias, a contar da intimação que lhes será endereçada, sob pena de esta sentença servir como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu "sistema", constando como dono do inanimado, a autora, ANDREA CRISTINA ROSA.

Presentes os requisitos do art. 273 do CPC antecipo a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

concretização do comando emergente desta decisão (com a intimação dos postulados).

Sucumbentes arcarão os requeridos com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 724,00. No entanto, deverá ser observado o que dispõe o art. 12 da LAJ, tendo em vista a benesse da gratuidade de justiça concedida a fls. 56.

**P. R. I.**

São Carlos, 07 de junho de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**